

# PRINCÍPIOS PARA UMA PEDAGOGIA DA ERA TECNOLÓGICA

*Eduardo Abranches de Soveral  
Universidade do Porto*

1. É ainda hoje um pacífico lugar-comum dizer que a sociedade contemporânea entrou numa fase de rápidas e profundas mutações que permitem projectar sobre o futuro perspectivas de razoável probabilidade. E, na sequência desta ideia, outras se formularam, tão convictas também da sua veracidade, que mais se apresentam como dogmas de que como teses em princípio discutíveis. Fala-se em “aceleração da História” como se se tratasse de um processo fatal; e mitifica-se a “mudança”, a mera mudança alheia a juízos de valor, supondo-se que ela simultaneamente corresponderá à impaciente instabilidade do homem actual, e à forma como o transcurso histórico necessariamente se realiza.

2. E haveremos de reconhecer que militam em favor de tais ideias argumentos convincentes. Com efeito, ao longo de arrastados anos, foram espaçados e diminutas as melhorias técnicas integradas na vida quotidiana; pelo contrário, a partir dos finais do século passado, deflagrou subitamente um surto irresistível de grandes inventos que revolveu a face da terra e expulsou os homens dos seus caminhos tradicionais. Efectivamente, nos últimos cem anos, o nosso *habitat* mudou mais do que em todos os milénios anteriores.

É por isso compreensível a generalizada conclusão de que a História sofreu uma brusca alteração de ritmo: por virtude da qual, como os homens anteriores à revolução tecnológica não puderam antever a nossa vida de hoje, assim como nós não podemos imaginar como viverão os nossos netos.

3. A transposição de tais teses para o plano da Pedagogia é fácil de ver: se não é possível visionar como será o mundo daqui a trinta anos, nada de seguro teremos para transmitir às novas gerações, nem saberemos como formá-las. Só nos restará prepará-las para se irem adaptando às sucessivas mudanças que as esperam (tal como propôs W. H. Kilpatrick); ou, adoptando uma posição menos extremista, substituir o esquema conservador e normativo do ensino sistemático e genérico, por uma formação permanente, descentrada e multimoda, nem que para isso seja necessário destruir as escolas formais, assim cumprindo a profecia de Illich.

4. Acontece porém que estas verificações e conclusões, embora pertinentes à primeira vista, escondem, na sua apressada superficialidade, erros graves e alguns equívocos.

E a ocasião é muito oportuna para verificarmos como a reflexão filosófica é importante para o mais perfeito equacionamento das questões fundamentais que se levantam no amplo e complexo campo da acção pedagógica.

A sua exigência crítica e a sua abrangência permitem superar simplismos dogmáticos e ter uma visão de conjunto que coloca os vários problemas nos seus devidos lugares.

Por acréscimo, proíbe militâncias apologéticas e fanatismos que, no plano da fé religiosa ou da convicção ideológica ainda poderão desculpar-se, mas são intoleráveis nos domínios das teorias científicas e da sua aplicação prática...

5. Serão necessariamente muito breves as críticas às posições que acabei de expor, tanto mais que noutra oportunidade as examinei com mais vagar. (*Educação e Cultura*, 1993; Lisboa, págs. 32 e segs.).

6. Quanto à interpretação do quadro em que se apoiam, há a opor o seguinte:

a) O movimento da História não pode ser só olhado de “fora”, nem concebido em termos mecânicos, tão pouco o progresso científico ser visto como automático. A imprevisível conjugação das circunstâncias e a livre intervenção humana no sucessivo acontecer social proibem o simplismo de tais teses. No caso vertente, foi necessária a difícil convergência de uma pluralidade de factores, e uma expressa e deliberada vontade de poder tecnológico, para que a revolução industrial eclodisse; já o insuspeito Theilhard de Chardin, tão empenhado em unir a evolução da Natureza com o progresso histórico, admitiu, apreensivo, que o homem, no uso da sua liberdade, renunciasse a carregar nos ombros a ascensão do Universo. Na verdade, a Civilização, quanto mais complexa quanto mais frágil; e se há engano perigoso é imaginá-la como uma segunda Natureza, que marcha por si e pode ser vítima de depredações; ao contrário desta, a Civilização não pode ser habitada, durante muito tempo, nem por bárbaros nem por ignorantes.

b) Quanto à “aceleração histórica” e à valorização da mudança enquanto tal, o grande equívoco é considerar que essa aceleração e essas mudanças se processam no interior do quadro histórico vigente aquando da revolução industrial, e não se dar conta de que a partir de então a ciência e a técnica abriram uma nova Era para a Humanidade, caracterizada pela progressiva integração de máquinas, cada vez mais sofisticadas, na vida quotidiana, pela produção de substâncias sintéticas, e pela crescente possibilidade de intervenção humana nos processos genéticos naturais.

Ora, é neste inédito contexto, é no interior da novíssima Era Tecnológica então nascida, que a referida aceleração histórica deve ser considerada. E assim, devidamente posto, já esse intensificado ritmo de vida social deixa de justificar a tese de que o passado já não conta e de que o futuro se não pode prever. Atrevo-me mesmo a dizer que, pelo contrário, ele facilita e exige um claro desenho da carta dos futuros possíveis, a sua antecipada avaliação, e o oportuno agenciamento dos meios para efectivar aquele que for melhor.

7. À luz do que procede, o mito da mudança inevitável e cega, que esquece o passado e não olha para o futuro – ainda hoje aceite por muitos responsáveis nos domínios da Pedagogia e da Política – desfaz-se por si.

Em seu lugar surge, cada vez mais nítida, a necessidade de fixar os modelos mais perfeitos para a vida pessoal e institucional, e a verificação de que, nunca como hoje, graças ao progresso dos saberes e das tecnologias, são abundantes e disponíveis os meios para que tais modelos se possam ir realizando e aperfeiçoando.

8. Antes de terminar a análise do tópico, e para esclarecer melhor a tese que defendo, convirá perguntar ainda se o uso habitual das máquinas não apressará afinal a vida de cada um, impondo, por via disso, um ritmo mais vivo à sociedade.

Com efeito, são numerosos, na acção humana, os tempos de espera que retardam a vivência das situações que desejamos alcançar. E o recurso aos meios técnicos consegue suprimir muitos deles. Parece pois haver aqui uma aceleração. Não é contudo o caso, como veremos já. (Aliás o que está verdadeiramente em causa não é a aceleração da vida individual ou colectiva; o que se contesta, por abusiva, é a tese trágica de que tal aumento de ritmo desvaloriza necessariamente o passado e impede uma antevisão do futuro).

Na realidade, a diminuição dos tempos de espera, torna mais rico, sem dúvida, e mais intenso e amplo, o curso da vida, individual ou colectiva. Mas não aumenta o ritmo existencial porque ele é de outra ordem, não é uniforme e quantitativo como o tempo mecânico. É por isso muito perigoso o império que o tempo das máquinas tende a exercer sobre nós, e em consequência necessário que a acção educativa o denuncie e corrija para que ele não desumanize a vida convivente e empobreça a vida interior.

9. Patente por fim – assim o espero – tudo o que há de óbvio nas considerações feitas, a pergunta melancólica que se levanta é a seguinte: como é possível que na Pedagogia e na Política continuem a prevalecer teorias e práticas que se apoiam em tais equívocos e tais erros?

Tenho para mim – poderão sorrir todos aqueles, e são muitos, que sobrepõem o voluntarismo à razão – que a trágica anomalia se deve à minimização da formação filosófica e ao consequente e generalizado entendimento de que a reflexão abrangente e exaustivamente crítica é, em todos os domínios do conhecimento e da acção, tão complicativa como inútil.

10. Consideremos agora, e antes de mais, o que há a referir de essencial sobre a Era Tecnológica e sobre as estruturas condicionantes e que impõe à vida pessoal e colectiva:

a) A Era Tecnológica é irreversível. O neo-bucolismo dos ecologistas, estimável a tantos títulos, seria utópico se se propusesse regressar à vida quotidiana anterior à revolução das máquinas.

b) E não só é irreversível como é desejável. A tecnologia trouxe aos homens benefícios extraordinários, e é de presumir que no futuro os amplie ainda mais.

c) A acção técnica contém todavia potenciais efeitos nocivos, que chegam a ameaçar a sobrevivência da espécie.

d) Tal acontece porque, sendo essencialmente instrumental, ela não possui em si mesma uma linha de orientação; os princípios da economia e da eficácia que a animam são também subalternos e axiologicamente neutros; tanto servem para o bem, como para o mal.

e) Verifica-se, por outro lado, que a economia industrial já sofreu uma profunda alteração. Não tanto por ter subordinado a produção ao comércio e ao consumo, como defendem alguns autores, mas porque a indústria produtora de “coisas”, de artefactos materiais, tem um interesse social e de mercado cada vez menor, ao contrário das indústrias voltadas para a prestação de serviços e para a produção de bens culturais, que tendem a crescer vertiginosamente.

Repare-se, a propósito, que neste último tipo de “produção”, a máquina é remetida ao seu estatuto de mero instrumento; e que o “cibernantropos”, que não tem sensibilidade axiológica, não sonha, não ama, não tem espontaneidade interior nem é responsável, tem de subordinar-se ao homem natural e histórico, se este não renunciar à dimensão pessoal que o vocaciona para a vivência integral dos bens da Cultura, para a sabedoria e para a liberdade.

f) Um outro vector que se projecta no próximo futuro é a progressiva igualização das classes, e a generalizada aceitação dos ideais cristãos e democráticos da liberdade e da igualdade civis, e da justiça social!

Ninguém hoje aceita como justo que o Estado se não esforce por garantir, embora de modo supletivo, a todas as crianças e adolescentes, idênticas oportunidades para alcançarem a sua realização pessoal, e para virem a ocuparem, na sociedade, os lugares que estão ao alcance das suas capacidades e méritos.

Por sua vez, o acesso aos bens da Cultura que são, por sua natureza, intensivos e susceptíveis de se desdobrarem e enriquecerem, se para tanto, cada um aumentar as capacidades próprias – impõem a obrigação de a todos ser facultada uma sólida formação de base.

g) Uma outra tendência própria da Era Tecnológica é a que aponta para uma sociedade de lazer, ou seja, para um estado de coisas em que o trabalho assalariado indispensável para garantir o desafio económico vá sendo progressivamente diminuído.

Mas isso, sendo já fisicamente possível, implica uma profunda modificação de parâmetros e de mentalidade.

Antes de mais é necessário separar cirurgicamente a noção clara de *trabalho*, da noção equívoca de *emprego*.

O modelo típico de emprego é o funcionário público: estável, seguro, vitalício, normalmente integrado numa carreira hierárquica, está mais directamente ligado à ideia de *função* (como o nome sugere) do que à ideia de *trabalho*.

A função exige presença, disponibilidade e capacidade para o exercício das acções que lhe correspondem, mas não exige trabalho permanente. (No caso limite, pode mesmo não exigir trabalho nenhum: é o que acontece, por exemplo, quando um funcionário está encarregado de atender e encaminhar reclamações que nunca chegam...). Sem fazer caricatura fácil, direi mesmo que há, em princípio, no emprego, a possibilidade de ser a forma de ocupar o ócio um problema maior do que o de dar vazão ao expediente que se acumula, por excessivo.

Em contrapartida, a noção de trabalho implica, clara e directamente, as ideias de produção e de eficácia.

Embora a matéria seja aliciante, não iremos fazer análises mais demoradas sobre o tópico. Bastará que se acentue que tanto a orgânica do Estado como a da vida económica convergem hoje para uma situação em que o trabalho e emprego tendem a coincidir.

Da parte do Estado, há a progressiva verificação de que a estrutura da burocracia não pode ser mais hierárquica e com forma de pirâmide, mas deve obedecer a um esquema estelar que tenha no meio um núcleo principal de planeamento e decisão directamente ligado a um conjunto de centros periféricos de decisão e execução com grande autonomia, responsabilizável em função da sua eficácia.

O mundo económico, por seu turno, tende a organizar-se a partir de uma rede de pequenas unidades de produção, ou mesmo de produtores individuais, acolhendo as iniciativas promissoras, venham de onde vierem...

Resumindo, tanto no Estado como na Economia, a figura de *produtor* tende a prevalecer sobre a de *funcionário* e a de *empregado*.

Esta generalização da mentalidade empresarial, ligada à crescente disponibilidade de meios tecnológicos cada vez mais eficazes e acessíveis, poderá levar à comum suficiência de bens materiais de consumo. E a perspectiva não é tão utópica como poderá parecer. É que – como dissemos – já não existem hoje impedimentos físicos que se oponham a que todos os homens disponham de um mínimo de meios que os libertem da servidão das carências materiais, o que seria o primeiro passo para o advento da sociedade de lazer. Os obstáculos, bem difíceis, sem dúvida, são de natureza política e cultural. Será que a tendência para as mutações na estrutura da burocracia e da vida económica que acabamos de apontar conseguirá vencer tais obstáculos? Uma coisa é certa. Sem o empenho firme e persistente daqueles que a desejam, ela não triunfará. São sempre as ideias em marcha, os valores preferidos, e os restantes condicionamentos de ordem social que abrem os caminhos para o mais perfeito futuro possível. Mas serão sempre os homens, de efectivo poder político, que deliberadamente haverão de percorrê-los.

Observemos por último que na sociedade de lazer, além do mais fácil acesso à vida da cultura, haveria também condições para que a Família, hoje tão ameaçada (quase extinta), pudesse exercer de novo as suas indispensáveis funções sociais.

11. É chegada finalmente a altura de pretender saber qual será a Pedagogia mais adequada à nova era que agora desponta.

12. A primeira observação a fazer é a de que existem na Pedagogia estruturas e objectivos formais prévios aos condicionamentos e às finalidades próprias de cada época. Correspondem ao que há de essencial no homem e na sua básica situação existencial.

A esta posição se opõem, – a meu ver sem fundamento – as perspectivas do sociologismo positivista e de evolucionismo, ainda hoje muito generalizadas.

A primeira, que considera o homem em acto como produto do meio social, afigura-se-nos ser sustentável pelas seguintes razões fundamentais:

- a) Por não advertir que a sociedade é, por sua vez, e em grande parte, produto do homem.
- b) Por não reconhecer, assim limitando dogmaticamente o âmbito do seu positivismo, que existem no homem instâncias trans-sociais.

A perspectiva evolucionista, por seu turno, ou admite, como Spencer, que a evolução culmina no homem e nele é substituída por uma nova dimensão temporal de natural cultural e ética; ou supõe, como Nietzsche, que para além dele surgirá o super-homem, não implicando isso porém, a meu ver, que a estrutura e os valores do que era humano desapareçam; pois, pelo contrário, ele mais as aproximará mais do limite positivo das suas possibilidades.

Num caso como no outro, pois, não há fundamento para negar que existem no homem e na sua situação existencial estruturas essenciais permanentes.

13. Segundo penso os prévios objectivos formais de toda a educação são, os seguintes: o *adestramento*, a *informação*, a *formação* e a *libertação*. É aliás para o último, para o exercício responsável da liberdade própria, que os outros apontam.

Tratando-se de objectivos formais torna-se necessário preenchê-los em função das circunstâncias.

Adestrar como, e para quê? Para quê e como informar e formar? Só quanto ao último objectivo a pergunta se limita a saber como será ele atingido. Com efeito, no exercício responsável da liberdade própria, em que culmina a maturação da personalidade, termina o processo pedagógico propriamente dito, que supõe a dualidade docente-discente, e se inicia um processo de auto-educação, de que cada um assume o comando, mesmo quando episodicamente se submete de novo a uma típica acção educativa.

14. Abstendo-me, por inapelável imperativo de brevidade, a fazer uma articulação completa e sistemática entre estes objectivos formais e permanentes da educação e os condicionamentos e as finalidades próprias da Era Tecnológica, – limitar-me-ei ao apontamento sumário do que na matéria me parece essencial.

15. A primeira linha-orientadora para o ensino do futuro consiste na necessidade de humanizar a técnica; é preciso ensinar o uso adequado das máquinas; é imperioso impedir que elas potenciem, na sua inocência de artefactos inconscientes e passivos, os erros, as maldades e as perversões dos homens, e que veiculem a imagem repelente e degradada de um mundo bem pior do que aquele que é, apesar de tudo, o mundo real. Designadamente, é necessário ensinar os utilizadores habituais dos meios técnicos de comunicação a não ignorarem nem desprezarem as suas responsabilidades éticas, pedagógicas e cívicas; e incluir portanto esta temática no curriculum de escolas superiores para o efeito adequadas.

16. O segundo ponto a examinar é o da pedagogia para a “sociedade de lazer”. Para que o seu advento, já fisicamente possível, como observamos, venha a verificar-se de facto, é necessário promover (como o mais deliberado empenho das escolas) uma generalizada fruição dos bens do espírito, designadamente, dos valores éticos, estéticos e cívicos, que levem a uma profunda modificação da mentalidade hoje corrente. De outra forma, continuarão a predominar os interesses económicos e as decisões políticas pragmáticas, que trágica e perversamente nos submetem a objectivos obscuros que (passe-se!) os próprios financeiros, empresários e tecnocratas não conhecem, nem lhes interessa conhecer.

Ao contrário do que geralmente se supõe a “democratização” do ócio não levará a uma degradação da “convivência social”, pois, repetimos, ela só será possível mediante uma “democratização” da cultura, que, por sua vez, se não opõe, mas *supõe* o empenhado magistério dos mais competentes. A deliberada imbecilização das massas, que fará descer a Humanidade ao seu mais baixo nível, provocando a derrocada da civilização e da cultura e só será possível com a omissão ou cumplicidade das escolas, dos intelectuais e dos artistas.

17. No que respeita à progressiva igualização das classes sociais (que supõe a “democratização” do ócio e da cultura), impõe-se, como já referi, a possibilidade efectiva de todos terem acesso a uma suficiente formação de base, sem especializações profissionais prematuras, mas antes capacitada para impedir que qualquer profissão seja marcada pelo estigma de uma menorização social, pois o seu exercício já não será, em nenhum caso, índice de incultura; e a possibilidade, além disso, que os empresários disponham de mão-de-obra qualificada, que facilmente aprenderá aquilo que for específico do trabalho a executar.

18. Este universal ensino básico facultará a instrução e a formação minimamente exigidas hoje.

A instrução visará simultaneamente:

a) Uma boa preparação tecnológica. É imperdoável que não aprendam todos a conhecer, por dentro, as máquinas que usam diariamente, e nelas não saibam fazer, por suas mãos, as reparações mais simples.

b) Uma boa preparação humanista que dê a todos fácil e gratificante acesso aos bens da

cultura e, juntamente com isso, e a partir de uma perspectiva nacional, uma visão geral do mundo em que vivemos nas suas dimensões histórica, geográfica e sociológica, e a todos genericamente capacite, como dissemos, para o exercício de um amplo leque de profissões.

A formação será de ordem ética e cívica. Aquela ligada, conforme os casos, às várias confissões religiosas, e destinada a facilitar a identificação e a realização pessoal de cada jovem. A formação cívica votada a preparar o exercício consciente e responsável da cidadania, já hoje indissociável dos imperativos ecológicos.

19. Haverá de reconhecer-se que estes aspectos da formação da personalidade continuam a ser perigosamente minimizados. Até porque para isso contribui um mau entendimento dos princípios liberais.

Com efeito, a liberdade de consciência garante que cada um tenha a seu respeito, acerca do mundo, e sobre os problemas fundamentais que se levantam ao espírito do homem, a solução que lhe parecer preferível. Cada qual poderá tentar ser, conforme melhor decidir, ou um místico, ou um santo, ou, um triunfador no mundos dos negócios, ou um hedonista, só interessado nos bens do corpo, ou, simplesmente, um passivo seguidor dos padrões sociais em voga.

Mas a autonomia pessoal – apesar de ser o mais alto valor humano – não legitima comportamentos lesivos de terceiros ou da comunidade. Acontece porém que este óbvio e clássico princípio da convivência privada e do exercício da cidadania ganha hoje um acentuado mas equívoco relevo: por um lado a sua observância é sobremaneira imperativa, dado que a técnica aumentou, de forma assustadora, a capacidade individual de violência física; mas por outro lado, o desaparecimento da chamada “pressão social” dificulta muito essa mesma observância pois permite que não via pública, a coberto do anonimato e da presunção da impunidade, seja fácil, e mesmo gratificante, a prática de actos anti-sociais.

E é insensato supor – hoje mais do que nunca – que a Polícia e os Tribunais bastam para desencorajar potenciais criminosos, pois só constituem a última linha de defesa da comunidade, e a sua esfera de actuação é a dos crimes já cometidos.

Antes, está toda uma vasta acção educativa, cada vez mais urgente.

Na verdade, potencial criminoso é todo aquele que se não autodisciplina em função dos parâmetros éticos que tenha assumido. E se essa autodisciplina se não verificar na maioria dos cidadãos de uma comunidade, ou se, pelo menos, aqueles que nela tenham atingido um alto grau de exigência moral não forem respeitados nem ouvidos – não haverá força pública ou poder judicial que valham, até porque, em tal contexto, dificilmente os moverá o amor da justiça e do bem comum.

E sendo assim, para que não advenha o caos, só restará a pseudo-ordem de um neo-feudalismo mafioso, cinicamente recoberto, com maior ou menor perícia, com as aparências



de um Estado liberal. Ou então – e a alternativa é igualmente indesejável – a pseudo-ordem de um totalitarismo tecnocrático que poderá durar indefinidamente, se mantiver a eficácia e o bom-senso pragmático.

20. Ora, – e é preciso que isso fique claramente sublinhado, – uma maioria eticamente responsável de cidadãos só é possível se o sistema de ensino atribuir à formação moral a maior prioridade.

21. Mas, havemos de admitir que a tarefa não é fácil. Muitos obstáculos doutrinários a dificultam.

Apontaremos apenas dois:

a) Um sociologismo estreito que diminui e quase anula, no comportamento, as iniciativas criadoras individuais, assim minimizando, por consequência, a importância da formação ética pessoal.

b) Uma visão psicológica de inspiração freudiana que sobrevaloriza as instâncias subconscientes da personalidade, entendendo que elas não deverão ser reprimidas, mas libertadas e assumidas para que cada um possa ser feliz e atingir a maturidade.

22. O primeiro obstáculo é de alguma forma reforçado pela mera circunstância de as escolas serem entidades colectivas que tendem a impôr padrões, atendendo apenas ao facto da sua suposta vigência. E o que é mais grave é que esta mesma facticidade sociológica fica desarmada perante o *facto* do aparecimento de bandos violentos que disputam o poder efectivo nas salas de aula e nos corredores.

Para quebrar tal estado-de-coisas só há o recurso de subordinar expressamente as escolas a um conjunto de princípios éticos (o que é mais fácil nas escolas privadas confessionais), ou, pelo menos, a imperativos cívicos cujo desrespeito seja inexoravelmente punido.

Mas, para que isso seja possível, é necessário desfazer o equívoco, muito generalizado, de entender que um Estado liberal, por não é totalitário, não deve usar nunca a sua autoridade de forma inexorável, proibição que obviamente se considera extensiva aos detentores de um menor poder social. Ora, é ao contrário que tudo se passa. É exactamente porque reduziu as suas atribuições ao que lhe é próprio, que o Estado liberal *pode* e deve exercer a sua autoridade de forma eficaz e intransigente, perdendo mesmo a legitimidade se não for capaz de garantir a segurança das pessoas e dos bens, a ordem pública e a oportuna administração da justiça, ou, numa palavra, se não for capaz de fazer cumprir a Lei.

23. O segundo obstáculo é o egocentrismo espontâneo tão radical que parece na verdade excluir qualquer moralidade de formação pedagógica. Salvo a que se limitar a uma terapia psicanalítica.

Acontece que os seus alicerces, apesar do poder sugestivo que chegou a mitificá-los, são na realidade muito frágeis. Contra eles se podem alinhar mesmo os pressupostos doutrinários e as mutações da teoria freudiana. Mas seria deslocado fazer aqui a sua crítica, aliás dispensável, na circunstância. Bastará mostrar que é contrária à essência do processo educativo a tese de que toda a formação é repressiva, pois nesse processo, como já vimos, a formação é meio indispensável para que o educando atinja a maturidade, ao assumir-se como titular de uma liberdade responsável.

24. Para terminar esta tão longa exposição, direi apenas que frente a este quadro, parecem ainda actuais as sensatas posições pedagógicas de Locke:

- a) Só poderá ser livre quem aprender a controlar-se, sobrepondo-se a todas as dependências da vontade.
- b) A aprendizagem básica do uso da liberdade consiste na prática da obediência.
- c) O respeito pelo direito dos outros é condição prévia para o legítimo exercício das liberdades próprias.